



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 07/02/84
C	<i>[Assinatura]</i>
Rubrica	

Processo nº 13.603-001.450/91-29

Sessão de: 18 de fevereiro de 1993 ACORDÃO nº 203-00.265
Recurso nº: 90.380
Recorrente: JOSE DE ASSIS
Recorridas: DRF EM CONTAGEM -MG

NORMAS PROCESSUAIS - PRAZOS - REVELIA - E intempestiva a impugnação apresentada após o decurso de trinta dias contados da ciência do auto de infração. Recurso desconhecido por falta de objeto.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JOSE DE ASSIS.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em não conhecer o recurso por falta de objeto. Ausentes os Conselheiros SEBASTIÃO BORGES TAQUARY e MAURO WASILEWSKI.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 1993.

Rosalvo Vital Gonzaga Santos
ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS - Presidente

Sérgio Anastácio
SÉRGIO ANASTÁCIO - Relator

Alfonso Cracco
ALFONSO CRACCO - Procurador-Representante
da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 16 ABR 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA e TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS.

MAPS/GR



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no: 13.603-001.450/91-29

Recurso no: 90.380

Acórdão no: 203-00.265

Recorrente: JOSE DE ASSIS

R E L A T O R I O

O Recorrente impugnou o lançamento do ITR/91 alegando que módulos fiscais semelhantes ao seu são tributados em valores inferiores ao do que o seu foi, em 5/12/91.

A data de vencimento da notificação fiscal foi 23/11/91, fato que passou despercebido pela Autoridade Julgadora em Primeiro Grau.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Francisco M. Góes".



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 13.603-001.450/91-29
Acórdão nº: 203-00.265

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SERGIO AFANASIEFF

À data de vencimento do ITR/91 era 25/11/91, porém, o Contribuinte ingressou com a impugnação em 5/12/91, não tendo instaurado a fase litigiosa do procedimento, conforme preceitua o Artigo 14, do Decreto nº 70.235, de 6/3/72.

Não conheço do recurso pela não instauração da fase litigiosa.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 1993.

SERGIO AFANASIEFF